

Resenha

DELGADO, David Dias. Sincretismo na Umbanda: Pactos e impactos na identidade dos povos de terreiro. São Paulo: Encruzilhadas, 2024.

Lucas Gomes de Medeiros¹

O livro *Sincretismo na Umbanda: Pactos e impactos na identidade dos povos de terreiro* foi publicado em 2024 e tem como autor David Dias Delgado, mestre em Ciência da Religião e sacerdote de Umbanda. A obra, como o título sugere, tem por objetivo analisar as dinâmicas do sincretismo e como elas afetam a identidade dos povos de terreiro mediante operações como o apagamento sistemático das origens africanas da Umbanda, a cristianização das cosmologias de terreiro e a apropriação/reformulação de saberes e sistemas de crença afro-indígenas. Todos esses pontos estão diretamente relacionados à colonialidade e ao racismo que, no âmbito religioso, naturalizam a estratificação entre diferentes sistemas de crença.

A etimologia do termo sincretismo o associa à expressão grega "synkretismós" que significa encontro ou combinação. Entre os diferentes campos das ciências sociais, essa categoria de análise é comumente evocada para categorizar aproximações – entre diferentes religiões, cosmologias ou crença – que provocam a formação de algo novo ou a reformulação dos aspectos que integram as partes desse encontro. É sabido que todas as religiões se transformam a curto ou longo prazo, seja em decorrência do contato com outras ou graças a fatores externos não necessariamente religiosos. Porém, as religiões

¹ Doutor em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Desenvolve pesquisas com enfoque na história das religiões, cosmo percepções afro-ameríndias, memória, oralidade e tradições orais. Outros temas de interesse são os marcadores sociais da diferença, a saber, gênero, sexualidade, raça e território. Atualmente é bolsista da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN (FAPERN) no âmbito do Programa de fortalecimento da pesquisa na UERN e de redução de assimetrias no desenvolvimento científico e tecnológico regional no Estado (PROGRAMA RN MAIS CIENTÍFICO) e atua como bolsista de Pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH – UERN). Email: alucasgm@gmail.com

(hegemônicas, sobretudo) costumam tomar as mudanças e os sincretismos como incoerência ou flexibilidade de dogmas e, portanto, não reivindicar pra si tal alcunha.

No âmbito das religiões afro-brasileiras o discurso mais corrente em termos de sincretismo é o que associa os santos católicos aos orixás do Candomblé (sincretismo como tradução ou disfarce). Essa associação costuma ignorar a complexidade dos contatos e mascarar a hegemonia cristã que subalterniza as culturas afro-indígenas no Brasil desde o período colonial. A partir das décadas de 1920 e 1930, com as diferentes tentativas de construção de um ideal de identidade nacional e divulgação do mito da democracia racial, o sincretismo passou a ser divulgado como amálgama interreligiosa harmônica nas narrativas oficiais. Entre as famigeradas narrativas oficiais desse contexto encontra-se o mito de origem da Umbanda: a manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas através do médium Zélio Fernandino de Moraes em 15 de novembro de 1908.

Posteriormente, o Primeiro Congresso de Espiritismo de Umbanda, realizado em outubro de 1941 no Rio de Janeiro e organizado pela Federação Espírita de Umbanda foi o marco institucional pioneiro na invenção da história única do nascimento da Umbanda como uma dissidência do espiritismo kardecista e centrada na figura de Zélio de Moraes (p. 17). Atento às estratégias discursivas de poder relacionadas ao mito de origem e à suposta harmonia ocasionada pelo sincretismo religioso, David Dias alerta para o fato de que essas unilateralidades discursivas são manifestações do racismo religioso à medida em que: eliminam as raízes bantós contidas nas práticas que antecedem e dão base à Umbanda como os calundus, as cabulas e as macumbas; omitem a importância de figuras históricas de diferentes contextos como Luzia Pinta e Tancredo da Silva Pinto (Tata Tancredo); branqueiam e adaptam os saberes afro-diaspóricos, entre outros aspectos.

Os acurados apontamentos de David Dias não giram em torno da construção de outros mitos de origem, tampouco da defesa essencialista de uma Umbanda baseada exclusivamente em aspectos originais africanos. O empenho do autor consiste em investigar as condições históricas que possibilitaram a compreensão da Umbanda como religião nacional; a formulação da ideia que essa religião seria uma dissidência do kardecismo; o entendimento da Umbanda como originária do Egito ou das religiões orientais, etc. Para o autor, esses discursos omitem as evidentes raízes africanas do culto.

Ainda no que concerne aos aspectos históricos e às disputas de memória envolvendo o sincretismo, a obra explora a iniciativa de sacerdotisas do Candomblé baiano – como Mãe Menininha do Gantois, Mãe Stella de Oxossi, Mãe Olga de Alaketo, Mãe Tetê de Iansã e Mãe Nicinha do Bogum – na elaboração do documento intitulado “Ao público e ao povo do Candomblé” durante a Segunda Conferência Mundial da Tradição Orixá e Cultura (COMTOC) realizada em Salvador no ano de 1983. O objetivo do documento, apresentado em julho e ampliado em agosto, entre outras questões, era informar para um público amplo que o Candomblé não se trata de uma seita sincretizada, mas de uma religião de origem africana com ritos, doutrinas e cosmologias próprias. Essas sacerdotisas se manifestaram publicamente contra o sincretismo que, já tendo sido necessário de forma estratégica em outros contextos, agora descaracterizava e folclorizava os cultos, além de subalternizá-los perante a Igreja Católica: assistir missas como parte dos ritos iniciáticos, por exemplo (p. 23). Insistir no anti-sincretismo, conforme o manifesto, significa promover a valorização das origens africanas e não escravistas das religiões de terreiro.

Os problemas em torno do sincretismo, analisados pelo autor – a partir de conceitos contemporâneos como decolonialidade, pacto da branquitude, necropolítica, racismo estrutural e outros – não se limitam às iniciativas dos/as religiosos/as. Delgado constrói uma ampla genealogia da expressão e analisa os modos como ela foi operacionalizada por proeminentes estudiosos das religiões

de terreiro. Muitos desses usos, inclusive, resvalam na problemática central da obra: o apagamento das práticas e representações afro-indígenas e a suposta harmonia nos encontros entre diferentes credos. A pertinência desse levantamento analítico consiste no fato de que muitas das “verdades” formuladas na academia retornam às comunidades de terreiro ou se popularizam junto à sociedade mais no geral, daí a pertinência de se discutir os alcances e limites das interpretações e dos conceitos.

Nina Rodrigues, mesmo não utilizando o termo diretamente, compreendia o sincretismo como resultado da mentalidade primitiva dos negros e de sua incapacidade de adesão às abstrações do monoteísmo, o que ele chamou de ilusão da catequese. Waldemar Valente tratou o sincretismo como disfarce, “como forma de escapar das seguidas repressões policiais” (2024, p.27) e não reconheceu a cultura africana como autônoma. Melville Herskovits, conceituando a teoria da aculturação, desconsiderou os processos de dominação subjacentes aos contatos entre diferentes culturas (p. 44). Artur Ramos, em seus trabalhos iniciais, pensou a aculturação em termos de equivalência (p. 44) e, por fim, Sergio Ferretti que mesmo tendo apontado a dominação colonial em torno do sincretismo, apontou a existência de uma “influência recíproca” (p. 44). Influências recíprocas, trocas, equivalências e outras expressões dessa natureza escamoteiam a infinidade de rituais, simbologias e crenças afro-indígenas que foram definitivamente apagadas ou descaracterizadas pela colonização e seus desdobramentos. Nesse caso, a recíproca não é verdadeira: por mais que o Catolicismo nos trópicos tenha incorporado elementos nativos ou provindos do continente Africano, suas formas originais e verdades da fé se mantiveram.

Além dos autores citados, que analisaram o fenômeno do sincretismo majoritariamente a partir das aproximações entre o catolicismo e as religiões afro-brasileiras – e cujos escritos resvalaram na compreensão de encontros amistosos entre diferentes sistemas de crença –, David Dias complexifica o debate a fim de mostrar como esse fenômeno é pensado e produzido pelo próprio povo de

santo. Para alguns/mas religiosos/as, diferentemente das sacerdotisas anteriormente citadas, o sincretismo é um fenômeno natural e o contato com o cristianismo deve ser mantido. Porém, nem todos os sincretismos defendidos e executados pelos afro-religiosos devem ser pensados em termos de incorporação da cultura dominante. Na esteira do filósofo Wanderson Flor do Nascimento, Dias debate outras duas modalidades de encontros que evidenciam a capacidade de agência nas religiões de terreiro: o “sincretismo estratégico” que prevê o contato com as religiões hegemônicas de modo a garantir a salvaguarda das práticas ancestrais afro-indígenas e o “sincretismo interno”, aquele que se dá entre diferentes nações do Candomblé ou entre crenças de uma mesma ordem onde as resistências são forjadas através de trocas igualitárias.

Em face da complexidade histórica e social do sincretismo enquanto categoria de análise e prática social, o autor lança a noção de “sincretismo estrutural” – como um desdobramento analítico da noção de “racismo estrutural” – para demarcar o caráter abrangente e arbitrário do sincretismo, além dos profundos apagamentos advindos dele. Logo, o sincretismo é estrutural pois “se manifesta como uma fusão silente e, por vezes inconsciente, de valores que se opõe às tradições de terreiro, tornando-se dominante frente às culturas minoritárias” (2024 p. 33). Para o autor, o sincretismo deve ser revisitado em termos de análise científica e de operação sociocultural a fim de que cada vez mais se evidencie as suas imbricações junto às continuidades do domínio colonial.

A obra, sem recorrer a proselitismos, apresenta ao final uma roupagem propositiva quando se dedica a elencar entendimentos de mundo, simbologias e ideogramas de origem africana que permanecem vivificados nos terreiros de Umbanda, mas que são muitas vezes dissociados dos seus sentidos originais ou até mesmo são inexistentes em tais espaços. Conforme informado repetidas vezes, a proposta do autor não é construir um manual que apresente os fundamentos para a composição de uma Umbanda mais legítima, mas apresentar

como determinadas modalidades de sincretismo reverberaram no ostracismo e na reformulação de valores e práticas não ocidentais entre os terreiros.

Por fim, um último aspecto relevante da obra, no que concerne aos desafios às produções acadêmicas convencionais, é a superação da lacuna entre sujeito e objeto do conhecimento, uma vez que o autor não se posiciona como praticante da religião que investiga por entender isso como artifício retórico e de legitimação, mas para mostrar como os problemas abordados interferem diretamente na sua própria subjetividade e na de outros/as religiosos/as. As denúncias do racismo religioso através de uma pesquisa bastante aprofundada fazem de *Sintetismo na Umbanda* uma obra tão cientificamente comprometida quanto politicamente engajada.